



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**



Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

---

## Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde

### **PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO DE ACESSO AO FLUXO DE INFORMAÇÃO COMO SUPORTE ÀS ATIVIDADES DE PESQUISA CIENTÍFICA EM SAÚDE PÚBLICA**

*Por*

***Fernando Medina***

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Orientadores: Maria Cristina Soares Guimarães

Ruy Casale

Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 2015

## **RESUMO:**

É muito comum a existência de entraves presentes no interior de Instituições de Ensino e Pesquisa no que se refere à localização, identificação, armazenamento e disponibilização de volume de dados e de informação que são produzidos em diferentes contextos organizacionais. No caso específico da Vice-Diretoria de Ensino, Pesquisa e Inovação (VDEPI) do Instituto Tecnológico em Fármacos (ITF) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), esse problema se faz presente em suas áreas. Isto condiciona diretamente a forma como a gestão organizacional é trabalhada. O entendimento de processos presentes nas áreas pode contribuir para melhorias que podem ser alcançadas através do compartilhamento mais efetivo, ou acesso, de materiais produzidos (documentos internos, notas técnicas, fluxogramas de processos, artigos científicos elaborados, projetos de pesquisa, resultados de serviços prestados, conhecimentos inerentes às próprias áreas, entre outros tipos de dados e de informação).

Esta proposta de projeto de estudo visa apresentar uma proposta de modelo com a finalidade de minimizar os entraves existentes no fluxo de informação do Laboratório de Pesquisa (Produtos Naturais) e da área de Ensino da VDEPI.

**Palavras-chave:** Sistema de Informação, Gestão de Processos, Instituto de Tecnologia em Fármacos.

## **SUMÁRIO:**

1. ESCLARECIMENTOS GERAIS .....	4
2. DADOS GERAIS DO PROJETO .....	4
3. DESCRIÇÃO DO PROJETO .....	5
3.1 INTRODUÇÃO.....	5
3.2 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O SETOR PÚBLICO DE SAÚDE E O IMPACTO DA GESTÃO DE PROCESSO.....	6
4. REFERENCIAL TEÓRICO .....	7
5. OBJETIVOS .....	10
5.1 OBJETIVO GERAL .....	10
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	10
6. PLANO DE TRABALHO .....	11
6.1 ESCOPO DO PROJETO .....	11
6.2 METODOLOGIA .....	11
7. VIABILIDADE DA PROPOSTA .....	12
8. RESULTADOS ESPERADOS .....	13
9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES .....	13
10. ORÇAMENTO E RECURSOS NECESSÁRIOS .....	14
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	14

## **1. ESCLARECIMENTOS GERAIS**

Este documento estabelece e determina a organização, os procedimentos e os recursos iniciais necessários para execução da Proposta de Projeto, cujo título: “PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO DE ACESSO AO FLUXO DE INFORMAÇÃO COMO SUPORTE ÀS ATIVIDADES DE PESQUISA CIENTÍFICA EM SAÚDE PÚBLICA”, que será direcionado ao curso de Pós Graduação em Informação Científica e Tecnológica em de Saúde da Instituição da FIOCRUZ, e não poderá ser reproduzido ou entregue sem a permissão específica das partes envolvidas na sua elaboração.

A proposta deste projeto contém até 14 páginas.

## **2. DADOS GERAIS DO PROJETO**

Aluno: Fernando Medina

Professores Orientadores: Maria Cristina Soares Guimarães e Ruy Casale.

Título: PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO DE ACESSO AO FLUXO DE INFORMAÇÃO COMO SUPORTE ÀS ATIVIDADES DE PESQUISA CIENTÍFICA EM SAÚDE PÚBLICA.

Data de apresentação: 15/12/2015.

Data de entrega: 22/01/2016.

### **3. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

Em referência as muitas discussões que têm sido recorrentes em reuniões de trabalho, palestras, aulas, artigos, livros, entre outros meios de divulgação e comunicação disponíveis para o público em geral, o tema sobre acesso à informação parece ter conquistado um espaço que é seu por direito. Este muito bem legitimado e resguardado na Constituição Federal Brasileira, que confere a todo o cidadão o direito à informação. Assim, o acesso à informação pública não é somente um direito fundamental individual e coletivo, mas algo que conduz ao exercício da cidadania. No campo da Saúde e consultando os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), é reconhecida a importância do contexto e da capacidade dos ambientes social, econômico cultural e físico. Este fato simplesmente reforça que nem todos têm o direito de acesso à infraestrutura (hospitais, médicos, medicamentos e etc.), que se encontra disponível, em muitos casos muito restrita, mesmo em mais países pobres. E dentro desse contexto, agrava-se o cenário quando se compreende que há limitações quanto ao acesso também de informações que possam contribuir para minimizar problemas no campo da saúde. E, mesmo apesar dos avanços nas tecnologias de informação no mundo, nota-se que muitos países no mundo ainda não alcançaram o tão sonhado desenvolvimento econômico e estão muito longe de conseguir, sendo submetidos a estágios de latente quando se considera a inclusão digital e justiça social.

Estudos têm indicado a mais ampla distribuição e redistribuição da informação, vista também como um bem público, como alternativa política para que se tenha uma sociedade mais justa e humana e que atende a diferentes demandas provenientes de grupos sociais. E somente para exemplificar, em se tratando de ciência, tem-se que o Relatório sobre a Saúde do Mundo de 2004 reforçou que o acesso à informação científica, seja publicada e não publicada, é uma ação prioritária. Isto, certamente, já evidenciava uma preocupação sobre o estado de latência no qual se encontravam e, ainda se encontram muitos países no mundo. A miséria, a falta de condições estruturais (sanitárias, logísticas, entre outras), a dificuldade de acesso a medicamentos, a ausência de profissionais de saúde, falhas no cumprimento de regulações existentes, entre outros entraves, aceleram a disparidade dentro desse campo entre as nações. E, além disso, coexistindo também a falta de recursos tecnológicos para que se busque o acesso às

fontes de informação de maneira mais efetiva e, sobretudo, mais segura. Isto, aliás, auxiliaria para minimizar muitos desses problemas.

### **3.2 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O SETOR PÚBLICO DE SAÚDE E O IMPACTO DA GESTÃO DE PROCESSO**

Um dos fatores que explicam o estado de vulnerabilidade de, por exemplo: o Setor Público de Saúde, no qual se inserem as instituições públicas de saúde, está exatamente associado à falta, ou na dificuldade, de acesso às informações existentes nas muitas áreas que as constituem. Apesar dos avanços tecnológicos nos últimos anos, incluído a facilidade de acesso à rede mundial de computadores, muitos entraves ainda persistem quando se precisa dispor de dados ou informações sobre saúde. Muito embora, talvez a percepção por parte da informação por parte da gestão deveria ser outra, pois ela pode representar um instrumento valioso para a tomada de decisão.

Prosseguindo na análise e considerando o universo do ensino e da pesquisa científica em saúde que, por sinal, é o grande destaque dessa proposta de estudo, tem-se que muitas atividades relacionadas com esses dois escopos ainda estão condicionadas ao acesso da informação com diferentes propósitos de aplicação. Tanto a academia (aqui referenciada pelas Instituições Públicas de Ensino), quanto os Laboratórios Públicos de Pesquisa produzem sempre um expressivo volume de informação para poderem se sustentar durante todas as fases de projetos de estudo, ou de pesquisas, respectivamente, que precisam ser percorridas. No caso específico da academia, um grande número de estudos que compreende os mais variados níveis de formação, requer informações que constam em bibliotecas físicas ou virtuais, jornais, artigos, em outros meios, para serem iniciados, desenvolvidos e finalizados. Por outro lado, os Laboratórios Públicos de Pesquisa e academia, que assumem um papel relevante dentro de um contexto institucional, precisam muito fortemente acessar informação. E isto pode ser feito por meio de consultas junto à literatura para que seja estudado um método, ou realizado um dado serviço sobre uma amostra proveniente de um pesquisador, ou para ser testado um novo procedimento, entre outras tarefas pertinentes. Apenas para salientar ainda o caso de um Laboratório Público de Pesquisa, a partir do primeiro contato feito por um cliente (pesquisador, universidade e etc.), várias etapas precisarão ser percorridas. Estas vão desde à descoberta de uma substância até à respectiva elaboração de um medicamento propriamente dito.

Tomando-se por base que existem ainda muitas discussões no meio acadêmico e, principalmente, entre especialistas no assunto no que tange à disponibilidade e à aquisição, ou não, do arcabouço de informação localizado naquelas instituições, cabe destacar também que alguns entraves persistem quanto às formas de acesso por parte de qualquer indivíduo, seja ele um pesquisador credenciado, ou não. Entretanto, compreende-se que uma informação pode apresentar, de fato, muito valor, como também pode envolver decisões institucionais com caráter de cunho mais estratégico.

Particularmente, no caso da Vice Diretoria de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto Tecnológico de Fármacos (ITC), também conhecido como Farmanguinhos, é imprescindível que haja um monitoramento e controle de fluxo de informação pertinente às áreas (Ensino e Laboratório de Produtos Naturais 4) que estão sob a sua direção. E isso é possível através de uma proposta de aplicação de ferramentas gerenciais, entre as quais pode naturalmente ser citada a modelagem de processos, que auxilia efetivamente na modelagem de processos de tal fluxo. O impacto poderá ser notado diretamente sobre a gestão da área como um todo.

Entretanto, além da discussão no que tange o acesso à informação ser aberta ou livre, o problema ainda parece estar longe de ser totalmente resolvido. Adicionalmente, abrem-se possibilidades também para que sejam promovidas discussões éticas e legais relacionadas ao direito de acesso, ou não, à informação.

#### **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

Instituições Públicas não estão suficientemente integradas, ou preferem a condução “solitária” de suas ações, o que leva a certa ineficiência em processos de tomada de decisões (LEMOS, 1990). Apesar do cenário recorrente, o Estado possui a responsabilidade de criar meios para instituir um sistema de informação científica e tecnológica em todos os campos do conhecimento científico, principalmente aqueles que demandam mais infraestrutura. Um planejamento de atividades integradas, suportado por um plano de desenvolvimento traçado pelo próprio governo em conjunto com toda a sociedade, poderá ser um caminho bem factível.

Dentro de um contexto de gestão estratégico, um gestor responsável pode considerar um conjunto de estratégias que devem ser colocadas em prática para a difusão da informação. Cada país no mundo deve compreender as suas demandas na

área de saúde e procurar adotar ações segundo as suas especificações locais dos seus sistemas de produção de conhecimento. Neste momento, abre-se um leque de oportunidades para, inclusive, trabalhar possibilidades para se repensar na forma como a educação está sendo tratada, pois o nível de escolaridade influencia sobremaneira na busca por fontes de informação.

Para que seja possível um estudo que compreenda a gestão de fluxo de informação dentro do Instituto Tecnológico de Medicamentos (ITC), mas conhecido como Farmanguinhos, situado na Vice-Diretoria de Ensino, Pesquisa e Inovação (VDEPI), é necessário que estejam claros o entendimento da sua missão e sua visão. Isto pode ser consultado no Plano Plurianual definido para a Unidade. É importante considerar que no Relatório de Gestão (INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS, 2013), já apresentava que era preciso “disponibilizar melhores soluções de sistemas e tecnologias da informação visando acessibilidade, segurança, confiabilidade e agilidade dos processos, fortalecer a imagem positiva da instituição criando canais de comunicação e relacionamento considerando as diversas partes interessadas”. No Relatório de Gestão (INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS, 2014), existe um texto que trata da informação na organização. Neste é possível conhecer as necessidades da informação, saber como os sistemas de informação são definidos, compreender como funciona a segurança da informação e como a informação pode ser disponibilizada para o usuário.

As autoras SILVA e TOMAÉL (2007) entendem que cada organização tem um fluxo de informação que é muito particular. Este fluxo deve ser conhecido através de um mapeamento de atividades, aonde é possível identificar pessoas, fontes de informação, tecnologia utilizada, produtos e serviços. As autoras ainda reforçam que esse conjunto estruturado de atividades relativas deve corresponder à forma como informação e conhecimentos são obtidos, distribuídos e utilizados. E, para tanto, é necessário que todas as etapas e atores do fluxo de informação sejam identificados e nomeados a fim de detectar as influências que exercem sobre o processo e antever problemas que possam surgir.

MENDES (2015) esclarece dentro das discussões que envolvem a gestão do conhecimento da informação, que o sistema de informação é o “elemento mediador entre produtos de reflexão/ação e os processos de reflexão/ação, dos usuários”. Este autor destaca que tal sistema de informação não deve ser confundido com arquivo, ou estoque de documentos, ou ainda o “corpus” de dados, que são a sua base de



sustentação. Um sistema de informação pode ser uma engenharia de tráfego entre o saber acumulado e as necessidades dos sujeitos pensantes. Entretanto, não se deve deixar de considerar a presença de uma pessoa, um sujeito apropriando-se desses recursos. Agora, também é fundamental compreender que para que se alcance o conhecimento, portanto, é preciso que se considere como o próprio usuário fará uso das informações e dos documentos (digitalizados ou não) e não nos acervos, textos, soluções tecnológicas e bases de dados. É como o sujeito/usuário reage às coleções de documentos e de informações que importa. É esse processo que é o objeto da gestão do conhecimento, que a determina e a caracteriza como atividade não passível de ser realizada por terceiros que não a própria organização. O ponto de vista do autor reforça que a gestão da informação deve estar condicionada aos objetivos estratégicos da organização e as necessidades de seu capital humano, da gestão do conhecimento e da tomada de decisão.

Em MENDES (2013), no que se refere à informação pública, compreende que o acesso à tal informação é regra, sendo que o sigilo à informação é exceção e, por isso, deve ser justificado. É preciso esclarecer que a informação é um bem público e um direito básico do cidadão. Assim, tomando-se essa premissa, a informação produzida em qualquer instituição pública deve ser disponibilizada para acesso, sendo derrubadas ou retiradas as barreiras existentes que impedem tal processo. Todavia, deve-se compreender que nem todos os sistemas de informação ou bases de dados possuem integração e, por isso, acabam determinando a continuidade dos trabalhos de consulta ou investigação científicos. Sem contar ainda os acervos existentes que se encontram fragmentados e que possuem informações não estruturadas.

Neste contexto, é premente que haja uma forma maior de interação entre partes ou áreas que interagem com mais frequência, ou não, dentro de ambientes organizacionais. O ideal seria que tais dados estivessem mais disponíveis, sejam dentro de instituições públicas, ou privadas, viabilizando as possibilidades de acesso via algum modelo de gestão de informação mais prático e funcional. Até mesmo porque isso acabaria tendo impactos sobre os processos que envolvem a atividade de organização da documentação, de trabalhos acadêmicos concluídos, de decisões de elaboração de portfólio de projetos de pesquisa com vários tipos de propósitos científicos, entre outros benefícios para a gestão das áreas.

A organização do conhecimento também deve ser foco de atenção dentro de uma instituição e se pode considerar como sendo o conhecimento registrado em qualquer

meio material que faça uso de uma linguagem (natural ou artificial). Considerando possíveis ações que podem resultar em benefícios para a gestão de áreas de uma dada instituição, busca-se uma representação ordenada do conhecimento com um intuito de se atingir um propósito específico. A organização do conhecimento, enquanto atividade, classifica, cataloga, indexa, entre outras ações, a informação contribuindo para a localização, a recuperação e a gestão do conhecimento. E, nessa mesma linha de pensamento, agora para a informação, CARLAN (2010) adota que a organização da informação refere-se à descrição física que identificam um documento (título, autor, editor, entre outros) e a descrição do conteúdo que considera os conceitos presentes e a representação desses conceitos de maneira sistemática e estruturada.

Diante disso, a área do Núcleo da Qualidade e Processos do ITC (FIOCRUZ), que precisa gerenciar documentos e processos realizados pelos Laboratórios de Pesquisa que integram à VDEPI, pode contribuir para dar o suporte necessário à gestão da informação seja elaborando um processo que representa o fluxo de informação, seja organizando conhecimentos produzidos e informação disponibilizada. Dentro desse contexto, esta área pode assumir a “inteligência” para se tratar os metadados que podem contribuir para a execução desse projeto de estudo. E somente para lembrar, que lidar com informação é decisão estratégica para qualquer tipo de instituição.

## **5. OBJETIVOS**

### **5.1 OBJETIVO GERAL:**

Esta proposta de estudo pretende apresentar um modelo de gestão de fluxo de informação para um Laboratório de Pesquisa (Produtos Naturais 4) e para a área de Ensino que integram à VDEPI, que pode ser implantado e implementado em um horizonte de curto prazo.

### **5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Identificar e registrar as fontes e os tipos de informação que estão presentes no Laboratório de Pesquisa (Produtos Naturais 4) e na área de Ensino.
- Propor metadados que podem ajudar na localização e descrição de fonte de

informação, visando facilitar e melhorar a sua recuperação dessa informação nas áreas que serão analisadas.

- Construir fluxogramas de processos para o Laboratório de Pesquisa (Produtos Naturais 4) e para a área de Ensino.
- Elaborar *check list* do fluxograma de processo e de principais eventos.

## **6. PLANO DE TRABALHO**

### **6.1 ESCOPO DO PROJETO**

Esta proposta de projeto pretende desenvolver um modelo de gestão de fluxo de informação que seja aplicado em toda a área da VDEPI. Cabe ressaltar que somente um Laboratório de Pesquisa (Produtos Naturais 4) e a área de Ensino serão objetos de interesse para a elaboração desse estudo. Não fará parte do escopo desse estudo a consideração de outras áreas de Farmanguinhos.

### **6.2 METODOLOGIA**

Serão realizadas visitas técnicas em bibliotecas dentro do ambiente FIOCRUZ e reuniões de orientação, principalmente dentro do ambiente FIOCRUZ para elaborar uma pesquisa documental através de temas presentes na literatura sobre a gestão de sistemas de monitoramento de informação empregando palavras-chave: gestão; acesso; instituição pública; informação; entre outras, bem como de outras relacionadas. Após essa etapa de busca, dar-se-á um tratamento de toda a informação que poderá contribuir diretamente para a realização do estudo. A expectativa é que isso auxilie, inclusive, na definição do escopo de estudo. No ITC, serão feitas reuniões e entrevistas com as chefias responsáveis de um Laboratório de Pesquisa (Produtos Naturais 4) e da área de Ensino para poder conhecer sobre como tratam a informação internamente.

Durante o estudo, serão feitas entrevistas com especialistas no assunto e com o responsável pela gestão da documentação de Farmanguinhos. Espera-se, que para este último, seja possível saber como funciona realmente o processo de obtenção de dados e de informações por parte de pesquisadores dentro da VDEPI. Serão elaboradas modelagens utilizando fluxogramas multifuncionais de processos correspondentes à situação atual do fluxo de informação dentro de um Laboratório de Pesquisa (Produtos

Naturais 4) e da área de ensino. Em seguida, espera-se compreender e identificar agentes responsáveis, recursos utilizados, entre outros elementos. Ambos os processos serão validados.

Buscar-se-á também empreender uma organização do conhecimento, uma classificação e uma representação descritiva. Além disso, também será considerado um tratamento simples de coleções de dados e de documentos existentes e que pode proporcionar uma base para a produção e registro das informações produzidas pelo Laboratório de Pesquisa e pela área de ensino analisados. Para isto, pretende-se percorrer quatro etapas distintas e inter-relacionadas, definidas como:

- a) identificar necessidades e levantar perfis ou temas de pesquisa de interesse;
- b) obter dados, documentos e outros produtos de conhecimento;
- c) organizar, indexar e armazenar, envolvendo a elaboração de metadados, arquitetura da informação;
- d) Construção de um modelo que integre a área de Ensino, o Laboratório de Pesquisa (Produtos Naturais 4), o Núcleo de Qualidade e Processos e o Núcleo de Documentação e Informação, com o intuito de distribuição de dados e informações, especialmente, utilizando um modelo orientado e validado, que poderá ser denominado de Disseminação Coletiva de Informação (DCI).

Este modelo deverá ser capaz de reunir informação que pode ser normalmente acessada por todos aqueles usuários interessados no desenvolvimento de pesquisas científicas e/ou acadêmicas atuando, ou não, dentro do ITC.

## **7. VIABILIDADE DA PROPOSTA**

A informação deve ser vista como um bem público, intangível. Neste entendimento, sendo de acesso livre a todos, com disponibilidade de recursos e totalmente desprovida de barreiras.

A oportunidade de aplicação de conceitos e de técnicas, presentes na literatura que será estudada, sobretudo, considerando uma situação real que ocorre em uma área crítica de uma Instituição Pública, significa contribuir sobremaneira para a melhoria e controle de informações e recursos que movimentam quantidades significativas de capital para o desenvolvimento de projetos de pesquisas que poderão ter impactos sobre a saúde pública em horizontes de curto, médio e longo prazo.

## 8. RESULTADOS ESPERADOS

Pretende-se elaborar um modelo como proposta de melhoria para a gestão de fluxo de informação, considerando a organização dos conhecimentos produzidos no Laboratório de Pesquisa (Produtos Naturais 4) e na área de Ensino. Espera-se que o modelo seja capaz de atender às necessidades de consulta por documentos técnicos, ou quaisquer outros objetos de interesse científicos e corporativos, promovendo o acesso rápido à informação para todos que trabalham (pesquisadores, analistas de gestão, tecnologistas e técnicos presentes no Laboratório de Pesquisa).

O modelo pode, inclusive, ser um instrumento para sensibilizar toda a equipe de trabalhadores, com suas respectivas chefias de áreas. Por outro lado, a simples proposição desse modelo vai contribuir para uma mudança cultural dentro da própria VDEPI. Evidentemente que, para isso aconteça efetivamente, vários tipos de esforços podem ser necessários para se chegar a um nível considerado satisfatório nesse sentido.

## 9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Pesquisar referências para a elaboração do estudo	■											
Fazer visitas técnicas			■									
Tratar informação e conhecimento			■									
Elaborar processos situação atual Lab.Pesq / Ensino							■					
Validar processos situação atual Lab.Pesq / Ensino								■				
Organização do conhecimento									■			
Elaborar modelo									■			

## 10. ORÇAMENTO E RECURSOS NECESSÁRIOS

Este estudo precisará dos seguintes recursos para ser desenvolvido

- Um computador.
- Um *Software* (Microsoft Visio) para a modelagem de processos.
- Não dispõe de recursos financeiros.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUCCI, Eduardo Sadalla. **O acesso à informação pública como direito fundamental à cidadania**. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6490](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6490) . Acesso em: 27 nov. 15.
- CARLAN, Eliana. **Sistema de Organização do Conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação**. Brasília: UNB. Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2010.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS. **Relatório de Gestão**, 2013.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS. **Relatório de Gestão**, 2014.
- Seminário **SUS 20 Anos: Desafio para a Informação e a Comunicação em Saúde/Fundação Oswaldo Cruz**. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ICICT, 2009.
- LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. **Política de informação em ciência e tecnologia**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 18, n. 1, p. 3-11, jan./jun. 1990.
- MENDES, Tania Rodrigues. **LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA**. IV Encontro de Agentes Públicos Municipais. SP, março, 2013.
- MENDES, Tania Rodrigues. **GESTÃO DO CONHECIMENTO DA INFORMAÇÃO**. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/ilp/texto%20aula%20gestao%20do%20conhecimento.htm>. Acesso em: 29 nov. 15.
- MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. Record; 1991.
- MORAES, I. H. S., GÓMEZ, M. N. G.. **Informação e informática em saúde: caleidoscópio contemporâneo da saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, 12(3):553-565, 2007.

PAIM, Jairnilson Silva, TEIXEIRA, Carmen Fontes. **Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte.** Rev Saúde Pública 2006.

SILVA, Alessandra. Ximenes, CRUZ, Eliane Aparecida, MELO, Verbena. **A importância estratégica da informação em saúde para o exercício do controle social.** Ciência & Saúde Coletiva, 12(3): 683-688, 2007.

SILVA, Terezinha Elisabeth da, TOMAÉL, Maria Inês. **A gestão da informação nas organizações,** Inf. Inf ., Londrina , v. 12 , n.2 , jul ./ dez. 2007.

TURNER, M. James. **O que são metadados?** Disponível em:

<http://turner.ebsi.umontreal.ca/meta/portugues/metadados.html>. Acesso em: 27 nov. 15.